



POVO NÃO SENTE

Entrevista com o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues de Azevedo



BASTONÁRIO DIZ QUE O ORÇAMENTO DE ESTADO TEM FOLGA E CORTES NAS PENSÕES SÃO DESNECESSÁRIOS

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnoticias.pt

O que é que os cidadãos portugueses e as empresas podem esperar deste 2014 no aspecto económico? Como a nossa economia é extremamente dependente do comportamento de outras economias, a avaliar pelas últimas notícias é natural que a economia portuguesa reaja de forma positiva no decurso de 2014 a essas influências externas. Não vai ser uma dinâmica daquelas que as pessoas estão à espera. Será uma dinâmica diferente, com algum crescimento e abandonando um bocadinho a recessão que se tem vindo a verificar.

Será uma recuperação notada apenas pelas empresas e não pelas pessoas? Aí está a grande contradição. O Governo tem seguido uma estratégia de reequilíbrio das suas contas públicas - não das dos cidadãos - sobrecarregando os cidadãos com cada vez mais impostos e diminuindo o excedente que estes iriam injetar na economia, comprando vestuário, carros, livros, fazendo reparações nas suas habitações, etc. Isto vai atrasar que, individualmente, os cidadãos sintam

os efeitos desta recuperação económica. Por isso, para os cidadãos penso que 2014 não vai trazer grandes novidades. Vai trazer algo que estávamos ansiosos, que era alguma esperança de mudança, uma luz ao fundo do túnel.

Em vez de aumentar o IVA, o Governo decidiu agora alargar a contribuição extraordinária das pensões e o aumentar os pagamentos para a ADSE. Foi a opção acertada? Aquilo que nós assistimos não seria necessário. No próprio Orçamento há mecanismos que possibilitariam não termos de recorrer a estas medidas. O ano de 2015 será ano de eleições e, como é evidente, o Governo está a procurar condições para dar alguns sinais de libertação da pressão, como que a dizer 'até aqui sofremos todos, mas a partir daqui vai ser diferente, não vamos apertar tanto o cinto'. Este Orçamento de 2014 tem uma série de bolhas de ar, que estão nas chamadas dotações provisionais, que vai possibilitar que isso venha a acontecer. Há uma diferença enorme entre as dotações provisionais de 2013 e as de 2014 e isto vai possibilitar alguma mudança de discurso e comportamental por parte do Governo.

Há responsabilidades a assacar aos políticos por terem colocado dentro do país uma troika que não está nada preocupada com o sofrimento do povo. Veja-se o que se passa em Espanha, onde eles se estão a levantar de uma forma muito mais significativa do que nós em Portugal. No nos-



so país fico triste por ver que há fontes de rendimento que são tratadas de uma forma muito mais suave.

Está a falar dos rendimentos de capitais? Estou a falar dos rendimentos de capitais, dos rendimentos de arrendamentos prediais, da actividade das empresas...

Governo faz autêntico roubo

As parcerias público-privadas (PPP)... As PPP são uma vergonha autêntica. Os nossos governantes dizem que há responsabilidades assumidas por direito contratual mas por outro lado esquecem-se das responsabilidades assumidas com os trabalhadores. Nestes o Governo entende que tem legitimidade e legalidade para mexer em qualquer momento. Ora, é a utilização de dois pesos e duas medidas, consoante se o rendimento está num lado ou noutro. Que legitimidade tem qualquer político e sob que pretexto for para mexer na expectativa de vida de um pensionista que esteve a laborar toda uma vida com base num quadro legal? Nós estamos perante um autêntico roubo! O que se está a fazer às pessoas reformadas e aos funcionários públicos é um roubo.

De qualquer forma há uma dívida do país que é preciso pagar... Mas digam-me lá o que é que os pobres dos reformados têm a ver com isso? Quem é que já perguntou ao senhor Paulo Portas o que é que se passou com as contrapartidas dos submarinos? Quan-

A RECUPERAÇÃO



tos foram condenados com o BPN? Quanto devolveram ao Estado aqueles que roubaram milhões, que nós agora estamos a pagar? Está alguém preso por isso? Se me pedem um sacrifício a mim, que peçam a todos igual e na proporcionalidade que devem pedir. Andaram a dar milhões e tapam os olhos às pessoas no caso BPN. Estão a chegar à beira das pessoas que trabalham uma vida inteira numa expectativa legal e estão a dizer que elas não têm direito a isso. Quanto é que já roubaram aos grandes grupos económicos portugueses? Eles também têm dinheiro! É evidente que não posso concordar que seja pedido apenas a quem trabalha ou a quem trabalhou uma vida inteira para suportar todos os esforços, enquanto a outros ninguém lhes espeta contas de nada.

O seu partido, o PS, não tem um discurso tão radical quanto o seu. Não tenho um discurso radical, tenho um discurso da verdade. Isto é uma noção pura da injustiça e contra a qual me revolto. Não sou radical, nunca o fui, nem o quero ser. Agora, esta questão de serem sempre os mesmos que pagam as favas dos erros outros, às vezes perdemos um bocadinho de paciência!

Não tem receio que o associem às posições que são defendidas pelo BE ou PCP? Não sei quem tem defendido estas ideias. Sei que todo o ser humano tem necessidade e direito a comer e a uma vida condigna. Quando vejo

que se tira mais a quem tem menos e tira-se menos a quem tem mais, não me peçam que eu esteja de acordo. Chamar a isto radicalismo é menosprezar os direitos mínimos do Ser Humano e criar condições para que se instalem sistemas ditatoriais. O que se pede é que haja um esforço mais repartido entre as diversas categorias de rendimentos.

Concorda com a decisão do Presidente da República de não enviar o Orçamento de Estado de 2014 para o Tribunal Constitucional? Concordo por uma razão muito simples. O senhor Presidente da República nas questões que tinha dúvidas pediu a fiscalização preventiva e o Tribunal Constitucional pronunciou-se quanto a elas. O país também não pode estar dependurado das decisões permanentes do Tribunal.

OTOC dá apoio ao sector público

Este ano de 2014 traz novidades à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas? Há novidades. O nosso único ideário é a consciencialização dos cidadãos para a importância do trabalho dos nossos profissionais, que são a mola real das finanças públicas, na medida em que manuseiam todos os actos conducentes à determinação dos quantitativos, liquidação e recolha dos impostos. Nota-se hoje uma maior consciência por parte dos cidadãos no que respeita ao sistema fiscal português, ao esforço que fazem na sua vida para pagamento dos seus impostos e um maior poder reivindicativo de clarificação quanto ao porque,



NÃO CONCORDO QUE SE TIRE MAIS A QUEM TEM MENOS E SE TIRE MENOS A QUEM TEM MAIS

Ordem investe no digital e poupa no papel

A crise também se nota dentro da organização que é a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas? Nós não vivemos num oásis. Um dos efeitos da crise é que assistimos a uma concorrência muito desleal no que diz respeito aos valores das avenças e que não possibilitam a execução do trabalho de contabilidade com o mínimo de qualidade.

Têm menos associados? Temos vindo a perder associados. Mas a Ordem tem um fenómeno extraordinário e que não se repete nas outras

instituições. A Ordem tem actualmente 73 mil membros inscritos (já foram 76 mil), mas destes apenas cerca de 30 mil exercem de facto a profissão e assinam contabilidade. Há aqui uma margem de 43 mil membros que, não exercendo a contabilidade, sentem orgulho em manter-se ligados à Ordem, pagando as suas quotas e colaborando. No ano de 2013 conseguimos fazer uma recuperação significativa de alguns valores de quotas que estavam em atraso. Dentro da instituição esta-

ma e 'quantos' que cada um paga na manutenção da vida da sociedade. Vamos continuar com este esforço, e fluído também noutras direcções. Está hoje em discussão na Comissão de Normalização Contabilística o tema da introdução na administração pública das normas internacionais de contabilidade públicas (IPSAS). A Ordem tem vindo a acompanhar e tem-se mostrado disponível para, com o Governo, encetar uma série de acções de formação, de índole profissional e de índole directiva (para as chefias). No dia 7 tivemos uma reunião com um secretário de Estado para abordar esta temática.

Mas há questões muito mais fun-

damentais. O que penso que, mais dia menos dia, virá a acontecer, de uma forma que espero que não seja violenta, é que os cidadãos vão começar a questionar como é que o dinheiro dos seus impostos é gasto por quem nos governa. O evoluir da sociedade vai exigir uma maior transparência na gestão da causa pública do que aquela que hoje temos. Essa transparência só poderá ser feita a partir de uma organização eficiente, capaz e assente nas necessidades e nas realidades na nossa administração pública. Esta revolução que se irá brevemente operar na administração pública, através da introdução da nova contabilidade baseada nas IPSAS, penso que será um grande desafio para a profissão e para a sociedade. A Ordem irá lutar para que quem esteja na execução deste trabalho sejam profissionais qualificados, especialistas em contabilidade.

mos a proceder à implementação de meios tecnológicos, com comunicações entre membros através de sistemas electrónicos e envio para os e-mails profissionais dos membros as comunicações da Ordem, evitando os gastos de correios e suporte em papel. Para ter uma ideia, a Ordem gasta 100 mil euros por mês em despesas de correio. Este trabalho de substituição entra em vigor em Janeiro e todo o papel que entrar na Ordem será digitalizado e o tratamento será digital.

“ESTÁ ALGUÉM PRESO POR ISSO?”

Em entrevista ao DIÁRIO, o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas considera “um roubo” o que o Governo da República tem feito aos reformados e funcionários públicos. Domingues de Azevedo questiona as contrapartidas dos submarinos, quantos foram condenados com o BPN e quanto devolveram os que roubaram o Estado. **P.14**

